

Indexador, o mistério do...

por Claudia Safatle
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

Nacional) para esses passos vamos dizer qual é o plano de combate direto à inflação", declarou o ministro da Fazenda, depois de anunciar as propostas do governo para a área fiscal. "A estabilização não vai dar susto nenhum."

Ela será feita sem violência às leis. Isso leva mais tempo, mas não fere direitos nem cria expectativas falsas", acrescentou, afirmando: "Estamos resistindo à popularidade enganosa".

O ministro acredita que, ao mudar o regime dos gastos públicos, como está propondo, o País estará "refundando o Estado". Sabe que as resistências no Congresso para o tamanho dos cortes e para as medidas contidas na emenda constitucional não serão fáceis de contornar.

"O Congresso vai dizer se quer combater a inflação e estabilizar a moeda. A decisão final não é nossa", disse. Uma indagação, no entanto, feita por diversos parlamentares, é, no mínimo, inquietante: "Por que dar ao ministro Fernando Henrique, que é potencial candidato à Presidência da República, um fundo com US\$ 15 bilhões?"

Esse fundo, que é uma fonte nova de receitas, não é uma novidade. Em 1979, através de um decreto-lei (nº 1.754), o então ministro Delfim Netto criou um fundo (Fundo Nacional de De-

senvolvimento) com os recursos vinculados a despesas específicas. Essa foi, na ocasião, a maneira de contornar o que o ministro Fernando Henrique chama, hoje, de "República das Vinculações". A faixa livre de receitas da União é de 20% do total das receitas fiscais. O restante é constitucional ou tem seu uso legalmente predeterminado. "O governo está sitiado em termos orçamentários", observou o ministro da Fazenda.

Como as receitas fiscais projetadas para 1994 devem apresentar um crescimento real de 15%, é esse aumento real que o governo quer apropriar, mantendo, assim, as receitas de 1994, em valores reais, iguais às deste ano.

O ministro assegura que estados e municípios não perderão receitas, na medida em que os recursos do Fundo voltarão a essas unidades da Federação em forma de outros gastos sociais, para saúde, combate à miséria, entre outros. A distribuição desse Fundo, no entanto, não seguiria os mesmos critérios automáticos dos fundos de participação, o que significa que alguns estados e municípios podem ganhar mais e outros perderem efetivamente.

Com essas medidas, o ajuste fiscal proposto pelo governo deverá ter a seguinte distribuição: o Fundo — ou a "reserva social de emergência" — representa cerca de 3,5% do PIB e já está contabilizado nas receitas tributárias previs-

tas na nova versão do Orçamento de 1994; a sobretaxa de 5% sobre todos os impostos e contribuições entra com 0,8% do PIB (ou cerca de US\$ 3,6 bilhões) e a apropriação dos 15% das receitas vinculadas com mais 2,7% do PIB (ou US\$ 12,15 bilhões), formando, assim, os 3,5% do PIB dessa reserva social.

Mesmo com a sobretaxa de 5% e com a economia colocada no Fundo/reserva, que será destinada a cobrir despesas na área de saúde, principalmente, ainda foram necessários cortes de US\$ 22,192 bilhões, o equivalente a 4,9% do PIB.

Ao passar a tesoura em 40% dos gastos com custeio e capital (que inclui os benefícios previdenciários, as despesas de custeio da máquina e os investimentos), que representa um corte de US\$ 13,94 bilhões, além de muitos gastos que foram superestimados na versão original do Orçamento, o Ministério da Fazenda já deixou embutidas eliminações de atividades hoje sustentadas pela União (como LBA, saneamento básico, construção de Ciac). Essa eliminação pressupõe uma reforma administrativa, que extinguiria os órgãos responsáveis pelo gerenciamento dessas atividades.

Para coordenar essa reforma administrativa, o governo pensa criar uma agência de descentralização que, num período de dois anos, redefiniria as responsabilidades da União, estados e municípios.

Em resumo, o conjunto de medidas anunciadas é o seguinte:

- Aumento de 5% nas alíquotas de todos os impostos e contribuições, por dois anos, através de emenda constitucional.

- Retenção, por dois anos, de 15% de todas as receitas arrecadadas pela União, inclusive das com destinação constitucional, também por emenda.

- Restrição à emissão de títulos apenas para rolagem da dívida mobiliária através de mudanças na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

- Proibição, através da LDO, do início de novas obras em 1994 e investimentos federais em estados e municípios.

- Estabelecimento, na LDO, enquanto o Orçamento não for aprovado pelo Congresso, de que a administração pública gastará apenas um doze avos (1/12) da receita estimada para 1994, mensalmente.

- O governo anunciou a criação de uma agência que coordenará o programa de descentralização de atividades entre União, estados e municípios. Isso pressupõe uma reforma administrativa.

- O déficit operacional do Orçamento deverá ser zero em 1994.

- Assim que enviar o Orçamento detalhado ao Congresso, o ministro da Fazenda anunciará sua intenção de criar um novo indexador diário, como passo importante para o surgimento de uma moeda estável.

Indexador, o mistério no novo plano

por Claudia Safatle
de Brasília

Nesta semana, possivelmente entre quarta e quinta-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, deverá anunciar as bases do programa de estabilização, cujo primeiro passo seria a criação do novo indexador diário, referenciado à taxa de câmbio ou à Ufir (ainda existe esta dúvida).

Esse indexador, de uso voluntário, no entanto, só será criado depois que o Congresso Nacional aprovar uma proposta de emenda constitucional, que o governo enviará também nesta semana, juntamente com o projeto de Lei Orçamentária para 1994, e que compõe o mais ambicioso ajuste fiscal já tentado na história dos últimos dez anos de crise.

("Só o ministro Fernando Henrique pode responder isso", respondeu o presidente Itamar Franco às perguntas sobre seu programa econômico na últi-

ma sexta-feira, na Academia Militar da Força Aérea, em Pirassununga, no interior paulista.)

Se o ministro conseguir do Congresso aprovação do ajuste fiscal, que representa um corte de US\$ 22,19 bilhões, mesmo com o aumento de 5% em todas as alíquotas dos impostos e contribuições federais, estará dado o passo essencial para, em poucos meses, o País ter uma nova moeda, estável. A palavra final está com o Congresso.

A proposta de emenda constitucional também terá de ser votada antes da aprovação do Orçamento Geral da União para 1994, pois todas as possibilidades de zerar o déficit operacional no ano que vem estão vinculadas à formação da "reserva social de emergência", que é, na verdade, uma nova fonte de receitas, e de aumento de 5% em todos os impostos e contribuições cobrados pelo governo federal. A emenda constitucional propõe:

- A criação de uma re-

serva de emergência, uma espécie de "fundo" com a apropriação das receitas produzidas pelo aumento das alíquotas de todos os tributos e contribuições (do Imposto de Renda à contribuição previdenciária, do IPI ao ITR, o Imposto Territorial Rural) e de 15% de todas as receitas da União, mesmo as vinculadas constitucionalmente, como as transferências constitucionais para os estados e municípios. Esse fundo, que representa uma nova receita orçamentária, com o nome de Fonte 199 no Orçamento, duraria dois anos, teria uma massa de recursos de US\$ 15 bilhões a US\$ 16 bilhões em 1994. Essas receitas já estão distribuídas nas áreas sociais, sobretudo Saúde, na proposta de orçamento que o governo encaminha nesta semana ao Congresso.

- A elevação de todas as alíquotas de impostos e contribuições, que representaria uma sobretaxa temporária (com prazo de duração de dois anos), embora possa ser feita através de legislação ordinária, constará da emenda constitucional, para que essa proposta de ajuste não termine com a votação de mais impostos, como ocorreu em 1992, com a criação do IPMF.

Além dessas medidas, o governo enviará uma proposta de nova Lei de Diretrizes Orçamentárias, proibindo a emissão de títulos federais para pagamento de quaisquer despesas correntes e mesmo para pagamento dos juros da dívida mobiliária. Esses terão de ser pagos com recursos fiscais.

"Quando voltar de Toronto, vou falar com o presidente da República, que tem dado apoio total, e havendo apoio (do Congresso

(Continua na página 6)

O líder do governo na Câmara dos Deputados, Roberto Freire (PPS), disse na última sexta-feira, em São Paulo, que desconhecia a proposta de elevação de 5% de todas as alíquotas de impostos e contribuições, até ser anunciada pelo ministro da Fazenda. "O problema desse adicional é que adiciona um certo complicador", brincou, acrescentando que vai trabalhar pela sua aprovação no Congresso.

(Ver página 7)